

PROTOCOLO

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa estão interessadas em desenvolver uma colaboração duradoura e estabelecer modos de cooperação de carácter cultural e científico celebrando entre si o presente **Protocolo**.

Entre as Partes:

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, adiante designada **FCT**, com sede na Av. D. Carlos I, n.º 126, em Lisboa, pessoa colectiva n.º 503264032, representada pelo seu Presidente, Prof. Doutor João Sentieiro,

e

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, adiante designada **FCSH**, com sede na Avenida de Berna, n.º 26-C, em Lisboa, Portugal, titular do cartão de pessoa colectiva n.º 502 151 595, representada pelo seu Director, Prof. Doutor João Sàágua;

Considerando que:

- A) A **FCT** tem por missão promover continuamente o avanço do conhecimento científico e tecnológico em Portugal e estimular a sua difusão e contribuição para a melhoria da educação, da saúde e do ambiente, para a qualidade de vida e o bem estar do público em geral;
- B) A **FCT** sucede à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), tem um passado histórico relevante para a história da ciência e da organização da ciência em Portugal e é herdeira e detentora de um significativo acervo patrimonial histórico, com larga predominância de acervo documental, da JNICT e de outros organismos públicos e privados;
- C) A **FCT** tem interesse (i) no organização, tratamento e inventariação do seu património histórico, nomeadamente o seu acervo histórico de natureza documental, criando condições indispensáveis para a sua boa preservação e divulgação (ii) no estudo e divulgação da sua actividade e dos organismos que a antecederam, tendo em consideração a respectiva inserção no contexto histórico em que essas instituições emergiram e se desenvolveram procurando contribuir dessa forma para o conhecimento da história da ciência e da organização da ciência no contexto geral da história contemporânea de Portugal e em particular no domínio das políticas científicas em que tem tido um papel essencial;
- D) A **FCSH**, através do **Instituto de História Contemporânea**, adiante designado IHC, está habilitada e interessada em contribuir, no âmbito da sua vocação científica e pedagógica, na organização e divulgação do património histórico da FCT e em promover acções de investigação, desenvolver estudos científicos, realizar iniciativas de divulgação sobre a história da FCT e dos organismos que a antecederam ou que a ela estão associados considerando a sua contextualização histórica no âmbito da história da ciência e da organização da ciência em Portugal, cooperando e participando em iniciativas conjuntas com o FCT ou desenvolvidas com outros organismos que prossigam os mesmos objectivos.

Com o objectivo de fomentar e desenvolver o estudo e a investigação em domínios de interesse comum, as partes acordam em celebrar o presente Protocolo de cooperação, nos termos constantes das cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objectivo estabelecer as bases da cooperação entre as partes com vista à prossecução de iniciativas dirigidas à organização, estudo e divulgação do património histórico da FCT e ao desenvolvimento de investigação histórica, análise do património histórico, realização de actividades científicas e culturais, elaboração de estudos históricos e acções de divulgação junto da comunidade científica e do público em geral sobre a história da FCT e dos organismos que a antecederam tendo em consideração a sua actividade fundamental no domínio da história da ciência, da organização da ciência e da política científica portuguesa no período contemporâneo e sua inserção no contexto histórico em que a FCT e as instituições que a antecederam emergiram e se desenvolveram no quadro mais vasto da história contemporânea, conforme as partes venham a acordar.

Objectivos

Os objectivos desta cooperação são, de uma forma genérica, conjugar conhecimentos, experiências e meios, através de uma articulação eficaz e de uma forma mais concreta:

- no domínio da organização, tratamento, exposição e divulgação do património histórico da FCT, na sequência e aprofundamento da colaboração e do trabalho já desenvolvidos nos últimos dois anos, devendo o IHC-FCSH assegurar o seu acompanhamento e a FCT garantir a concretização dessa actividade através do seu serviço de gestão documental e arquivística e mantendo afectos ao tratamento do seu arquivo histórico um número mínimo de três bolsheiros pelo menos até que o respectivo inventário esteja concluído e em estado de consulta e divulgação;
- no apoio e acompanhamento promovido por ambas as partes, FCT e IHC-FCSH, em possível colaboração com outras entidades, ao tratamento e eventual integração de espólios ou acervos documentais com interesse para o conhecimento e o estudo da história da ciência e da organização da ciência e das políticas científicas em Portugal, nomeadamente o arquivo histórico da Junta de Energia Nuclear;
- no estudo da actividade da FCT e dos organismos que a antecederam ou que lhe são associados no âmbito da história da ciência e da organização da ciência e das políticas científicas em Portugal no período contemporâneo, tendo em consideração o contexto histórico em que se inserem e desenvolvem;
- no estabelecimento de trocas de informação e documentação científica e técnica;
- na realização conjunta de acções culturais.

SEGUNDA

Com os objectivos referidos na Cláusula Primeira, as partes poderão acordar iniciativas a promover, a sua calendarização e os respectivos custos e seu financiamento, em instrumentos autónomos.

TERCEIRA

A FCSH, através do IHC, indicará um coordenador que ficará responsável pelo desenvolvimento das operações necessárias à efectivação do convencionado nas Cláusulas antecedentes e a equipa de investigadores necessária à efectivação das actividades propostas.

QUARTA

As partes facultar-se-ão reciprocamente as informações necessárias ao desenvolvimento do objectivo do presente Protocolo. Quando tais informações tiverem natureza confidencial e com tal menção sejam prestadas por uma das partes a outra, no âmbito da execução do presente Protocolo, só poderão ser utilizadas para os respectivos fins, e serão mantidas pela Parte receptora na mais estrita confidencialidade, não podendo por ela ser reveladas a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, da Parte que as tenha prestado.

QUINTA

O presente Protocolo inicia a sua vigência na data da sua assinatura e vigorará pelo prazo de dois anos, prorrogável sucessiva e automaticamente por períodos idênticos, até que venha a ser denunciado por qualquer das partes, com a antecedência mínima de sessenta dias sobre o termo do prazo inicial ou qualquer das suas prorrogações.

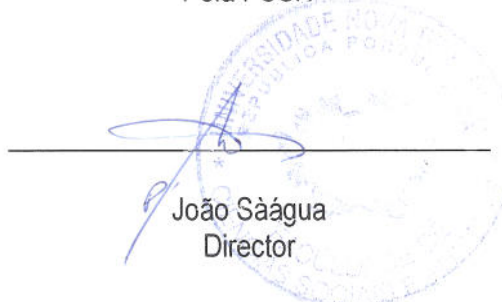
Feito em Lisboa, aos 11 de Abril de 2011, em duas vias de igual teor e forma, ficando cada uma na posse de uma das Partes.

Pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia



João Sentieiro
Presidente

Pela FCSH



João Sàágua
Director

Prof Doutor Rui Santos
Subdirector
Por Delegação
Despacho nº 18548/2009
(D.R. 154-2ª série de 11 Agosto)



Atlas da Ciência em Portugal

Anexo ao protocolo de colaboração celebrado entre as duas entidades, FCT e IHC-FCSH

Atlas da Ciência em Portugal

Este projecto constitui uma iniciativa enquadrada no âmbito das actividades perspectivadas no protocolo de colaboração celebrado entre as duas entidades, FCT e IHC-FCSH, conforme o estipulado na sua Segunda Cláusula e de acordo com os objectivos referidos na Cláusula Primeira desse acordo.

*

Em Portugal, desde os meados do século XIX, o desenvolvimento da investigação científica, respectiva organização, estruturação, processos de coordenação e adaptação ao quadro de crescentes exigências económicas, no sentido de aproximar e potenciar a actividade científica junto do sector produtivo, atravessou sucessivas fórmulas de enquadramento institucional e administrativo.

O projecto de elaboração e publicação de um *Atlas de Ciência em Portugal*, prossegue uma abordagem múltipla, compreendendo a natureza institucional e a organização da ciência no quadro da História de Portugal, que contemple o enquadramento tutelar e orgânico da actividade científica, representando, de forma rigorosa e sistemática, os intercâmbios culturais, a mobilidade, e a evolução do número de bolseiros, num quadro comparativo nacional e internacional. Trata-se, na realidade, de uma temática de inquestionável interesse, cujo conhecimento e compreensão se repercute muito para além de uma abordagem estritamente institucional; uma história que é parte significativa da nossa sociedade, em particular da sua contemporaneidade, que importa registar de forma rigorosa, obedecendo à metodologia histórica, de forma integrada e global, contando-a e interpretando-a no contexto da história geral do País.

Foi durante a I República que se avançaram uma série de propostas de natureza pedagógica e institucional, pelas quais se procurou promover a acção concertada entre actividade científica, meios de investigação e investigadores. O regime republicano experimentou então responder, ainda que pontualmente ou com limitações, às exigências de alargamento do número de centros e laboratórios de investigação, e criar condições de evolução para a profissão de investigador. No espaço e no tempo, estes processos de articulação e apoio à actividade científica espelharam, no entanto, uma realidade ainda pouco coordenada, regionalmente concentrada, onde a quotidiano de investigadores, centros e laboratórios, os intercâmbios científicos e o estímulo à publicação e divulgação de resultados contemplava uma fatia limitada do sector da investigação na sua globalidade.

A reforma das Universidades aproximou estes agrupamentos de investigação científica às instituições de ensino superior, muitas delas aí integradas e a partir daí desenvolvidas. Estes apoios dependiam então da intervenção dos ministérios do Interior e da Instrução Pública, progressivamente concentrando neste segundo as principais competências de coordenação.

Sobreveio a Ditadura Militar, e em sequência das inúmeras propostas adiantadas durante a República, que se constituiu em Portugal o primeiro organismo de apoio e financiamento mais sistemático à investigação e formação de especialistas, professores e técnicos, entre outros. A Junta de Educação Nacional (JEN), criada pelo decreto n.º 16 381, de 16 de Janeiro de 1929, sob tutela do Ministério da Instrução Pública, reuniu desde logo competências de financiamento a centros e investigadores, subsídios a publicações, congressos e estágios (dentro e fora do País).

Na origem, porém, a JEN reuniu mais ambições do que recursos, pautada pela limitação de recursos financeiros e por uma realidade política de sucessivos atavismos e inércias. A capacidade de intervenção desta Junta cobriu, é certo, apenas uma pequena fatia do global de actividade científica que então ocupava laboratórios, institutos e centros de investigação. Mas a JEN promoveu também, logo à partida, a criação de novos centros, da Filologia à Física, da Medicina à Pedagogia, da Botânica à Agronomia, procurando articular esforços, reforçar e potenciar apoios, ao associar, por exemplo, laboratórios congéneres entre si. E pontuava assim, um pouco por todo o País, um mapa de crescente apoio à actividade científica.

Em 1936, em resultado da reforma que transformou o Ministério da Instrução Pública em Ministério da Educação Nacional, pelo Decreto-lei n.º 26 611, de 19 de Maio, a JEN foi transformada em Instituto para a Alta Cultura (IAC), mantido sob a mesma tutela ministerial mas transitando para a recém-criada Junta Nacional de Educação (JNE), na qual o IAC integrava a 7.ª secção. Do ponto de vista funcional, pouco seria alterado, mas no quadro contextual, os tempos eram de mudança. Durante a II Guerra Mundial, a dificuldade em enviar bolseiros para fora do País e em promover intercâmbios favoreceu, em última instância, a vida científica nacional. Os recursos existentes foram aplicados na criação de novos centros em Portugal, entre os quais os Centros de Estudos de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa e do IST (1940), o Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra (1941) ou o Centro de Estudos Matemáticos da Faculdade de Ciências, Universidade do Porto (1942). No fim da Guerra, entre a acção da JEN e IAC, tinham sido criados mais de duas dezenas de centros de investigação e atribuídas mais de 700 bolsas para estudos no País e cerca de 600 fora do País. Entretanto, também o quadro de apoio ao intercâmbio científico, em colaboração com organismos de outros países, foi também ganhando alguma visibilidade neste espaço de intervenção do IAC. Numa leitura de fluxos e intensidades, o mapa nacional esteve, neste período, marcado por uma maior ocupação de investigadores e centros de investigação, e uma contracção dos intercâmbios com centros de outros países.

O pós-II Guerra e todo o período de expansão económica que lhe sucedeu, criou condições para o forte desenvolvimento e industrialização da ciência no quadro internacional, associado ainda à crescente importância estratégica da actividade científica. Em Portugal, o IAC permaneceu sob tutela da Educação, passando por duas reformas orgânicas, em 1952 (passando a designar-se Instituto de Alta Cultura) e 1965, alargando a aposta no apoio mais integrado a bolseiros e respectivos centros de investigação, a que se somou a articulação de esforços com outras instituições nacionais e internacionais de forma a potenciar recursos e financiamentos.

Em 1967, foi então criada a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), sob dependência da Presidência do Conselho (Decreto-Lei n.º 47 791, de 11 de Julho), que assumiria um papel coordenador dos recursos nacionais, entregando ao IAC, a curto prazo, um papel mais exclusivo no quadro da expansão da língua e cultura portuguesa. Na herança do Instituto de Alta Cultura ficaria a criação de cerca de 80 centros e laboratórios, a partir dos quais nasceram depois organismos como o Laboratório Nacional de Engenharia Civil ou a Junta de Energia Nuclear; a atribuição de milhares de bolsas e subsídios; o apoio a publicações e projectos de investigação; a promoção de intercâmbios científicos.

Depois do 25 de Abril de 1974, redefiniram-se estratégias e apontaram-se novas direcções, no quadro organizativo e de intervenção.

Em 1976, e à medida que a JNICT assumia funções de coordenação científica e de representação em organismos internacionais, o antigo IAC foi estruturalmente dividido em dois novos organismos: o Instituto Nacional de Investigação Científica, por um lado, e o Instituto de Cultura Portuguesa, por outro.

No domínio tutelar e organizativo, o processo de integração europeia e o quadro de crescente internacionalização da ciência veio alterar profundamente a percepção sobre a sua importância no espaço nacional. A criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1995, reflectiu este crescendo de

participação da investigação científica na vida pública e na actividade económica. Neste mesmo sentido foi criada, em 1997, a actual Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), para a qual transitaram as funções da JNICT.

Assume-se por isso que os resultados deste trabalho - complexo e ambicioso - envolvendo a identificação e tratamento de informação em si mesma de inquestionável valor e relevância histórica, devem ser representados de forma inovadora, dinâmica e apelativa, não se esgotando numa mera representação cartográfica da realidade histórica retratada. Assim propõe-se que, para lá de uma colecção de mapas e elementos gráficos que quase sempre constata mais do que explicam, o *Atlas de Ciência em Portugal* forneça um conjunto de informações complementares reveladoras da conjuntura e do contexto em que cada imagem surge e é inserida. Pretende-se desta forma elaborar uma publicação que complemente e promova, à semelhança aliás do que vem sendo feito tanto nos Estados Unidos da América como em vários países europeus, um conhecimento mais aprofundado da organização científica e, numa perspectiva mais ampla, da própria história da ciência em Portugal. Refira-se por isso o interesse deste tipo de abordagens e de divulgação numa altura em que a ciência e o desenvolvimento científico e tecnológico vêm ocupando um lugar cada vez mais significativo na agenda política da União Europeia.

A publicação do *Atlas de Ciência em Portugal* abre assim um canal de comunicação, privilegiado, com o público em geral dando-lhe a conhecer, de forma rigorosa e assertiva, a evolução tutelar da ciência, as dificuldades de financiamentos, a escassez de meios, mas também, e essencialmente, a capacidade de cooperar e o patamar de excelência alcançado, num conjunto significativo de área científicas, pela ciência e pelos cientistas nacionais desde o início do século XX até à actualidade. Na sequência destes propósitos importa agora sintetizar alguns dos principais objectivos por trás da elaboração de um *Atlas de Ciência em Portugal*:

- Organização de uma ferramenta de informação para o conhecimento e análise da actividade desenvolvida pela comunidade científica nacional ao longo dos últimos 100 anos, ferramenta que deve ser encarada de forma abrangente e pluridisciplinar dirigindo-se à comunidade académica e ao público em geral;
- Possibilidade da tutela e dos órgãos de planeamento e de estratégia no âmbito da Investigação e do Desenvolvimento (I&D), acederem a um instrumento de reflexão que sintetize as metas definidas e a orientação seguida, no quadro da política científica nacional, numa perspectiva histórica e enquadrada no âmbito de um Espaço Europeu de Investigação;
- Acesso a indicadores de avaliação da ciência feita em Portugal em diferentes áreas, perspectivando a possibilidade de aumentar o grau de visibilidade internacional da produção científica nacional;
- Partilha de informação de natureza histórica, tendo presente que a evolução da ciência passa pela interdisciplinaridade e pelo acesso alargado a conhecimentos e a diferentes ferramentas de informação.

O *Atlas de Ciência* constituirá assim uma ferramenta de compreensão da realidade presente e de suporte à definição de estratégias, presentes e futuras, que possam tomar em linha de conta os processos de evolução numa perspectiva interligada e num quadro organizativo, administrativo e funcional.

A sua realização será assegurada por uma equipa de investigação do IHC-FCSH, coordenada pela Professora Doutora Maria Fernanda Rollo, e que integrará outros investigadores, nomeadamente Tiago Brandão, Ana Paula Pires e Maria Inês Queiroz.

Como calendarização, os trabalhos de pesquisa e organização da informação decorrerão por forma a concluir a preparação da edição até Novembro de 2011 a que se seguirá a imediata produção do livro.

Em termos de custos, propõe-se, como participação da FCT, uma verba global de 12000 euros, destinada a trabalhos de pesquisa, coordenação, edição e produção dos resultados numa publicação em livro com cerca de 160 a 200 páginas tendo como contrapartida o respectivo logótipo na edição,

atendendo à natureza da colaboração existente entre a FCT e o IHC-FCSH, e à entrega de até 150 exemplares.

Feito em Lisboa, aos 11 de Abril de 2011, em duas vias de igual teor e forma, ficando cada uma na posse de uma das Partes.

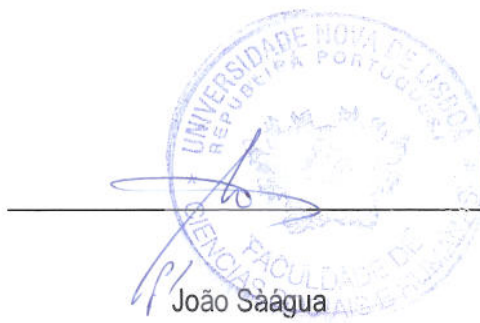
Pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia



Handwritten signature of João Sentieiro in blue ink, written over a horizontal line.

João Sentieiro
Presidente

Pela FCSH



Handwritten signature of João Saágua in blue ink, written over a horizontal line. A circular blue stamp is visible behind the signature, containing the text: UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, REPÚBLICA PORTUGUESA, FACULDADE DE CIÊNCIAS, and ALEXANDRE DE Gusmão.

João Saágua
Director

Prof Doutor Rui Santos
Subdirector
Por Delegação
Despacho nº 18548/2009
(D R 154- 2ª série de 11 Agosto)